

LEBON RÉGIS: UMA APROXIMAÇÃO COM A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Lebon Régis: An Approach to Social Welfare Policy and Social Policy Management

Lebon Régis: un enfoque de la política de bienestar social y la gestión de la política social

Soraya de Paula Garcia de Campos¹

Recebido em: dezembro de 2018

Aceito e publicado em: dezembro de 2019

Resumo: Neste artigo, foi realizada aproximação da política de assistência social com a gestão de políticas sociais, trazendo como experiência a organização desta através de informações coletadas em entrevista com a gestora da assistência social do município de Lebon Régis em Santa Catarina, pensando, a partir disso, o planejamento e a execução da política no município de Lebon Régis. Pontua-se que a aproximação com o município se deu por trabalho de campo que objetivou conhecer a cultura e a história de alguns municípios que compõem o Vale do Contestado, local que foi palco da guerra sangrenta no século passado. Para alcançar o resultado, foi realizada revisão de literatura sobre as políticas sociais e a política de assistência social no Brasil, além de trazer elementos sobre a gestão de políticas sociais para, assim, realizar a análise dos dados coletados na entrevista. Os principais resultados são a importância de valorizar a história daquele local, além da necessidade de profissionalizar as ações referentes à política de assistência social nos municípios brasileiros. Soma-se, ainda, a importância de aprofundar as necessidades sociais daquela população; a execução da política de assistência social pelo estado e a destinação de porcentagem da contribuição municipal para execução desta política social.

Palavras-chave: Vale do Contestado; Políticas Sociais; Gestão pública.

Abstract: *In this article we will approach the social assistance policy and the management of social policies, bringing as experience the organization of this policy through information collected in an interview with the social assistance manager of the city of Lebon Régis in Santa Catarina, thinking from that, the planning and implementation of the policy in the municipality of Lebon Régis. It is pointed out that the approach with the municipality was due to fieldwork that aimed to know the culture and history of some municipalities that make up the Vale do Contestado, place that was the scene of the bloody war in the last century. To achieve the result, a literature review was conducted on social policies and social assistance policy in Brazil, as well as bringing elements on social policy management to analyze the data collected in the interview. The main results are the importance of valuing the history of that place; besides the need to professionalize the actions related to the social assistance policy*

¹ Mestrado em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Ênfase em trabalho e exercício profissional do assistente social.

Lebon Régis: uma aproximação com a Política de Assistência Social e a gestão de políticas sociais

in the Brazilian municipalities; the importance of deepening the social needs of that population; the execution of the social assistance policy by the state and the allocation of percentage of the municipal contribution to the execution of this social policy.

Keywords: *Contested Valley; Social politics; Public administration.*

Resumen: *En este artículo abordaremos la política de asistencia social y la gestión de las políticas sociales, aportando experiencia en la organización de esta política a través de la información recopilada en una entrevista con el gerente de asistencia social de la ciudad de Lebon Régis en Santa Catarina, pensando en ello. , la planificación e implementación de la política en el municipio de Lebon Régis. Se señala que el acercamiento con el municipio se debió al trabajo de campo que tuvo como objetivo conocer la cultura y la historia de algunos municipios que conforman el Vale do Contestado, lugar que fue escenario de la guerra sangrienta en el siglo pasado. Para lograr el resultado, se realizó una revisión de la literatura sobre políticas sociales y la política de asistencia social en Brasil, así como elementos de la gestión de políticas sociales para analizar los datos recopilados en la entrevista. Los principales resultados son la importancia de valorar la historia de ese lugar; además de la necesidad de profesionalizar las acciones relacionadas con la política de asistencia social en los municipios brasileños; la importancia de profundizar las necesidades sociales de esa población; la ejecución de la política de asistencia social por parte del estado y la asignación del porcentaje de la contribución municipal a la ejecución de esta política social.*

Palabras-clave: *Valle Contestado; Políticas sociales; Gestión pública.*

INTRODUÇÃO

“O contestado foi um cale-se transbordado em sangue do soldado e do irmão sertanejo. O triste, o lamentável, o terror da história é que estrangeiros e brasileiros saciaram a sua sede até a última gota com o sangue do homem da região do contestado.” (Prof. Aloisio Witiur)

Este estudo foi elaborado enquanto produção pela participação na disciplina “A lógica territorial na gestão das políticas sociais” do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina.

Para iniciar a aproximação com a temática, cabe introduzir o entendimento sobre as políticas sociais. Enquanto opção de aproximação, optou-se em abordar com mais profundidade sobre a política de assistência social, já que, durante o trabalho de campo, foi proporcionado o contato com a gestora desta política no município de Lebon Régis-SC. A seguir, será abordado sobre a Política de Assistência Social e a gestão de políticas sociais. Após isso, será exposta a experiência da pesquisadora no município de Lebon Régis através de entrevista com a gestora municipal em trabalho de campo realizado em 30 de junho de 2018.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo foi produzido a partir de revisão de literatura e pesquisa de campo, está última foi realizada com a gestora da política de assistência social do município de Lebon Régis –SC. Trata-se de pesquisa qualitativa e descritiva.

Este estudo foi elaborado enquanto produção pela participação na disciplina “A lógica territorial na gestão das políticas sociais” do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Esta disciplina foi trabalhada em conjunto com o curso de geografia e contou com representantes de diversas áreas do saber, tais como alunos do Serviço Social, Geografia, da Administração e do Direito.

A princípio, foi realizado um estudo teórico sobre as concepções de território e, ao final da disciplina, foi realizado um trabalho de campo na região do Vale do Contestado em Santa Catarina, divisa com estado Paraná. Este momento foi único e intenso, de muito aprendizado para os que estavam ali presentes e puderam vivenciar a realidade daquela população, que está marcada em sua história pelo massacre da Guerra do Contestado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na sociedade capitalista, surgem as políticas sociais, que são criadas para manutenção da ordem social e para reprodução da força de trabalho, garantindo o acesso a direitos mínimos para os trabalhadores que são explorados. Na formulação das políticas sociais, as propostas e as demandas sociais transformam-se em legislações e envolvem a busca por soluções para as demandas que, através de estudos, são elencadas como prioritárias (JANNUZZI, 2011, p. 262).

Considera-se que, na década de 1980, as políticas sociais no Brasil passaram por alterações significativas, principalmente com a promulgação da Constituição Federal em 1988 e permanece em vigência até os dias atuais. Essas alterações possibilitaram alteração na concepção do direito e, como diz Draibe, proporcionou novos parâmetros e critérios para destinação de recursos públicos, reforçando o papel do Estado como regulador do social (apud JACCOUD, 2009, p. 62).

Uma destas alterações constitucionais é o estabelecimento da Seguridade Social enquanto sistema de proteção social a qual engloba as Políticas de Previdência Social, Saúde e Assistência Social. A Previdência, enquanto política contributiva, proporcionou a ampliação dos benefícios ofertados, como o seguro-desemprego e a aposentadoria rural. A Saúde, enquanto direito universal através de um sistema único, deve ser ofertado de forma pública e gratuita. Além disso,

Lebon Régis: uma aproximação com a Política de Assistência Social e a gestão de políticas sociais abrange também a Assistência Social com a denominação “para quem dela necessitar”. Assim, afirma-se que a Constituição Federal trouxe uma nova perspectiva para o direito social, ampliando-os. Ainda cabe mencionar que, após isso, surgiram novas legislações sociais que favoreceram e possibilitaram a proposta então realizada.

Neste sentido, pode-se observar a expansão das políticas sociais brasileiras; contudo, pontua-se que ainda cabe o aperfeiçoamento das decisões e, neste contexto atual, existe a necessidade de evitar os desmontes do que já foi conquistado. Nos últimos anos, no Brasil, assistimos a um enfoque dos governos no atendimento à população em situação de pobreza e extrema pobreza, aprofundando as ações no âmbito da Assistência Social.

Segundo Jaccoud (2009, p. 70-71), o sistema de proteção social brasileiro vem colaborando para expressiva redução do número de pobres e indigentes no país; contudo, alguns dos desafios que se colocam envolvem o trabalho. Desta maneira, a falta de trabalho para a população se coloca como uma situação que leva ao empobrecimento.

Ao que tange aos direitos sociais, menciona-se a caracterização das demais áreas, conforme posto no artigo 6º da Constituição Federal: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (...)”. Estes direitos couberam às demais legislações sociais regularem. Este cenário, como pontua Jaccoud (2009, p. 76), permitiu que a orientação de descentralização fosse variável em seu conteúdo e significado, abrangendo a distribuição de responsabilidades, o financiamento, a transferência, e ao controle dos recursos públicos.

No cenário atual, pontua-se o processo de mercantilização dos direitos sociais, movimento que favorece a responsabilização da família, das organizações sociais e da comunidade, transferindo para estes a responsabilidade estatal de intervir no âmbito social. Ainda com a indicação de Yazbek (2016, p. 9), as condições históricas apontam para novas manifestações da questão social com a reorganização econômica e política em países capitalistas, que altera os sistemas de proteção social, transferindo para o indivíduo a responsabilidade pela sua condição de vida.

Yazbek (2016, p. 9) aponta a expansão de políticas públicas como a saúde, a habitação, a educação e a assistência social como um processo relacionado à exploração do trabalhador e a precarização de sua vida devido à características destrutivas do capital. Ainda, considera-se que as ações relacionadas às políticas públicas têm apresentado enfoque na pobreza e na extrema pobreza, constituindo-se como programas focalizados, de contrapartida e com condicionalidades. Contudo, ressalta-se que, neste bojo, não vem sendo questionadas e consideradas as

determinações estruturais que geram e mantêm a pobreza e a desigualdade social aprofundadas neste modo de produção.

Explica-se que as políticas sociais na contemporaneidade têm visado o atendimento de demandas imediatas da população; além disso, não tem sido privilegiado um trabalho político de frente a conjuntura que vivemos. Segundo Yazbek (2016, p. 10), cria-se a ilusão que as precarizações relacionadas diretamente à pobreza seriam resolvidas com o modelo atual de política social em vigência. Yazbek (2016, p. 10) ainda aponta que a luta contra a pobreza coloca em segundo plano a luta de classes, desconsiderando os fatores estruturais da desigualdade social capitalista, responsabilizando os pobres pela sua condição de vida. Este processo requisita protagonismo político e torna-se necessário retomar a discussão sobre as classes sociais.

Isso se aproxima da discussão da Política de Assistência Social, que desde a Constituição Federal é considerada como política pública sendo estruturada com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e aprimorada com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Cabe reforçar que essa é mais uma política que é dever do Estado e direito da população. Porém, mesmo com todo o histórico de luta para o reconhecimento da assistência social para além do assistencialismo e da caridade, ainda hoje permanece uma perspectiva que a considera como voluntarismo e filantropia, ainda mais sobre a população que não tem o conhecimento sobre seus direitos.

Neste sentido, cabe esforço dos profissionais que atuam nesta área em politizar o público atendido, afirmando a todo o momento que todos os projetos, serviços e benefícios no âmbito desta política são direito do cidadão. Neste sentido, exige-se esforço por parte dos que planejam, executam e avaliam esta política de realizá-la de forma cada vez mais profissionalizada, alcançando as pessoas que necessitam do atendimento, buscando cumprir sua função enquanto direito social.

A Política de Assistência Social é um modelo brasileiro de política e de proteção social não contributiva que compreende o indivíduo como cidadão usuário dos serviços e benefícios, e não mais como o assistido que era beneficiado pelas ações assistencialistas. Isso exige um novo perfil a ser adotado pelos gestores da política, de modo a garantir o acesso das pessoas a este direito do cidadão, através de implantação de planos, programas e projetos viabilizando a execução da proteção social.

Apesar do avanço em reconhecer a Assistência Social como política pública, ela de início já é operada pela compreensão liberal, a qual define que, para uso do recurso público, cabe o atendimento ao indivíduo que necessita de socorro, que está em situação de risco e que não apresenta condições de suprir suas próprias necessidades (SPOSATI, 2009, p. 22).

Lebon Régis: uma aproximação com a Política de Assistência Social e a gestão de políticas sociais

Com a contribuição de Couto (2009, p. 206-207), aponta-se a importância da consolidação da PAS como sistema único, com a oferta permanente e sistemática de serviços e benefícios através de rede constituída e integrada, tendo padrões de qualificação e pactuação envolvendo o planejamento, financiamento e avaliação. Reforça-se que a oferta dos equipamentos Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS afirmam o Estado como responsável pela oferta dessa política social.

Em 2005, foi implantado o Sistema Único de Assistência Social – SUAS para organizar a estruturação da assistência social e constitui-se um imenso avanço para política social, de maneira a garantir a participação do Estado e criam-se instrumentos de gerenciamento e monitoramento das ações da política. Ainda, salienta-se a importância de outras normativas que regem e orientam esta política.

Porém, deve-se buscar garantir sua responsabilidade e gestão por órgãos públicos, com ações planejadas pelo Estado, com recursos humanos públicos, com criação e fortalecimento de espaços de gestão democrática que tenham representação da sociedade civil, buscando efetivar um modelo público de política nacional (SPOSATI, 2009, p. 16-19). A seguir, será abordada uma aproximação com a gestão pública para, posteriormente, serem apresentados os dados verificados na entrevista com a gestora de Lebon Régis-SC.

GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS E SEUS PROCEDIMENTOS

Sobre a gestão de políticas sociais, apontam-se as contribuições de Filgueiras (2009, p. 133), que considera que a gestão social diz respeito à gestão de políticas públicas e essas políticas estão relacionadas à determinada demanda social e às alternativas para enfrentamento destas. Para operacionalização da gestão pública, são utilizadas ferramentas para análise das dificuldades a serem trabalhadas, que favoreçam o conhecimento da realidade, o planejamento e a execução dos programas, além da produção de materiais informativos sobre o processo gerenciado. A gestão pública tem como intenção relacionar os recursos alocados nas políticas sociais, com os programas e os resultados a serem alcançados.

Para Filgueiras (2009, p. 137), os atores envolvidos devem considerar os diversos projetos e as intenções em jogo. Neste sentido, considera-se que, no espaço da gestão, como em outros espaços de trabalho, apresentam-se diferentes projetos sociais em disputa e o profissional que atua neste campo necessita de posicionamento político.

Outra característica a ser ressaltada quando se pensa no espaço da gestão de políticas é o alcance de resultados que se tornou crucial nestes espaços. Desta forma, os envolvidos na gestão tomam decisões orientadas a agregar valor à execução das políticas públicas, buscando, ao final do processo, obter alterações efetivas na situação da população usuária dos serviços. São criadas, assim, oportunidades para garantir valor público para os programas desenvolvidos. Ainda, “faz-se cada vez mais necessária a aplicação de práticas de gestão que permitam intensificar a eficiência interna e o impacto externo dos programas” (MOKATE; SAAVEDRA; CORTÁZAR apud FILGUEIRAS, 2009, p. 137).

A gerência social implica a combinação de valores, conhecimentos e práticas. Várias funções são atribuídas aos gerentes sociais buscando alcançar resultados que geram impacto na realidade dos indivíduos, sendo estas funções estratégicas e operativas (LICHA, 1999 apud FILGUEIRAS, 2009, p. 138).

Algumas funções estratégicas são: monitorar e interpretar o contexto organizacional, político e socioeconômico; identificar oportunidades de longo prazo; estabelecer prioridades; representar a organização; coordenar atividades das diversas unidades no interior da organização; planejar e organizar; tomar decisões sobre objetivos, metas e prioridades a médio e longo prazo; escolher alternativas de ação; transformar os planos em ações concretas, com objetivos e prioridades; designar responsabilidades, entre outras. Já algumas das funções operativas dizem respeito a preparar, justificar, negociar e administrar o orçamento; administrar os recursos materiais; gerir o pessoal da organização; supervisionar, dirigir e controlar o trabalho cotidiano do pessoal e estimular e reconhecer o desempenho; avaliar o programa quanto ao grau de êxito na realização das metas, efetividade e eficácia, etc. Contudo, pontua-se que as ações desenvolvidas na gestão social são variáveis de acordo com o cargo e a organização da instituição (FILGUEIRAS, 2009, p. 138-139).

Filgueiras (2009, p. 140) aponta que a gestão apresenta cinco âmbitos que variam em desempenho de tarefas e funções, sendo estas a área da organização, a de direção, a de programação, a do monitoramento e da avaliação. Ainda requer habilidades e competências, dentre as quais se menciona: atuar estrategicamente; buscar inovar; ser capaz de manejar complexidade; promover articulação social e consensos; ter capacidade para gerar compromissos e relação de confiança; exercício de liderança com a equipe e fora dela; desenvolver ética e compromisso; comunicação; competência técnica; ter conhecimentos específicos; fazer análise rigorosa e sistemática dos aspectos das intervenções (FILGUEIRAS, 2009, p. 140).

Diante desta diversidade de habilidades, competências e funções, há um leque de desafios que se colocam ao gestor social. Ainda, cabe considerar que há diversidade nos espaços

Lebon Régis: uma aproximação com a Política de Assistência Social e a gestão de políticas sociais ocupacionais relacionados à gestão e em cada um destes vai interferir no trabalho realizado pelo profissional.

A gestão social no cumprimento de seus objetivos requer um conjunto de ferramentas e recursos tendo em vista orientar as ações, sendo os mais utilizados: a análise do ambiente, dos atores envolvidos, das problemáticas; planejamento estratégico; instrumentos de elaboração de projetos e programas; monitoramento e avaliação; técnicas de administração de conflitos e de negociação (CKAGNAZAROFF, 2004 apud FILGUEIRAS, 2009, p. 142).

Cabe destaque a produção de diagnósticos como ferramenta crucial para a prática da gestão, pois estes diagnósticos vêm subsidiar a tomada de decisões, a análise das demandas, a eleição de prioridades, a formulação de programas e sua implementação; ou seja, é essencial para o processo de planejamento e gerenciamento de políticas sociais (FILGUEIRAS, 2009, p. 150).

Com as contribuições de Couto (2009, p. 214), para a gestão pública, é essencial o diagnóstico da realidade social para o qual a política deverá planejar sua intervenção. Este diagnóstico pode estar embasado em banco de dados como do IBGE, do SUAS WEB, entre outros, pois, segundo a autora, “quanto maior for a possibilidade de acertar na análise prévia da realidade, maior é a chance de acertar nas respostas construídas.” Ou seja, é fundamental orientar a gestão com dados levantados em estudo prévio e contínuo.

Jannuzzi (2011, p. 261) traz a discussão acerca do ciclo de políticas e detalha com os seguintes passos: inicialmente, levantam-se os problemas e as demandas sociais que irão definir a agenda pública a partir da percepção das questões públicas. Após isso, é realizada a formulação de diagnóstico e feito o desenho dos programas; parte-se para tomada de decisões e definição do público-alvo, tendo este processo decisório alcançado, neste momento, o procedimento de implementação através da oferta de serviços. Posteriormente, vem a fase de avaliação de resultados e impactos que provocam a tomada de decisões para reiniciar o ciclo das políticas.

Nesta esteira, apresentam-se como ferramenta essencial para a gestão de políticas sociais os processos de avaliação. A avaliação pode acontecer e permear todas as fases da gestão e está relacionada a diversos elementos. Além disso, busca levantar informações úteis para aprimorar as ações governamentais. Considera-se a avaliação relevante, a qual deve ser contínua e permanente, permitindo melhorar o desempenho em qualquer momento seja do planejamento, execução ou à fase final de avaliação dos resultados obtidos (CARVALHO, 2001, p. 61-63).

Nos momentos em que são realizadas as avaliações, analisa-se também a viabilidade do projeto e das propostas criadas, entre outras questões. Cabe reforçar que a avaliação deve ser realizada nos diferentes momentos que compõem a gestão pública, podendo também ocorrer simultaneamente a outras fases do processo.

A avaliação ex-ante trata-se da avaliação inicial, anterior à implementação do projeto. Avalia a necessidade do projeto, o contexto em que se apresenta, os objetivos, a projeção de gastos, a viabilidade do projeto, o tempo estipulado para as outras fases do projeto, enfim, tudo o que vem anterior à execução, na fase do planejamento, que também precisa de um processo de avaliação (CARVALHO, 2001, p. 63).

Já o monitoramento é intrínseco ao projeto, acontece a todo o momento ou periodicamente durante a ocorrência das ações propostas. Cabe ressaltar que o monitoramento acompanha a fase da implementação. Possibilita modificações e readequações conforme as respostas identificadas no processo, assim como a formulação e reformulação das estratégias elencadas. Objetiva avaliar a eficácia e as dificuldades dos processos em execução, podendo orientar ajustes para a gestão, apontando ações corretivas e permitindo o replanejamento (CARVALHO, 2001, p. 74).

Assim, o monitoramento deve ser uma atividade permanente da gestão pública que busca gerar resultados. O monitoramento gera registro sistemático das informações sobre a execução do programa e para sua realização devem ser elencados indicadores de avaliação que favoreçam a análise do processo avaliado.

Trata-se do acompanhamento contínuo e periódico, subsidia decisões, partindo do pressuposto que produz informações sobre o funcionamento das ações projetadas. Assim, é permitido ajustamento e correção imediata no desempenho do projeto. Desta forma, “o monitoramento consiste no acompanhamento da execução dos programas e políticas públicas com vistas a averiguar se as metas e objetivos estão sendo alcançados conforme o planejado” (BRASIL, 2015, p. 07).

A avaliação ex post ou post facto ocorre ao final do projeto. Ela permite avaliar os resultados alcançados, assim como permite levantar novas demandas a serem trabalhadas em novos projetos.

Ao final das atividades, inicia-se a avaliação final para verificação do alcance das metas e produtos/resultados conquistados. Porém, conforme explica Carvalho (2001, p. 64), “os impactos da ação social nem sempre são perceptíveis imediatamente após o término da ação, sendo, às vezes, necessários, para tal verificação, meses ou anos, dependendo do tipo de programa” (CARVALHO, 2001, p. 81).

Quanto aos indicadores, pontua-se que requer conhecer o objetivo, os resultados almejados e o público-alvo. Os indicadores fornecem subsídios para medição da finalidade e dos resultados programados, sobretudo quando envolve processos subjetivos e intangíveis. Os indicadores acompanham a ação e permitem detalhar em que medida os objetivos estão sendo

Lebon Régis: uma aproximação com a Política de Assistência Social e a gestão de políticas sociais alcançados e quais os resultados das atividades já realizadas. Funcionam como uma “marca” ou “sinalizador” para expressar aspectos da realidade, para que se possam observá-los ou mensurá-los (CARVALHO, 2001, p. 77).

Como já verificado, o processo de gestão pública permite formas diversas de avaliação e para compreensão do resultado cabe o entendimento a respeito da conceituação que envolve a percepção a respeito do alcance de resultados, podendo ser reconhecidos como eficientes, eficazes e/ou efetivos.

Desta forma, eficiência diz respeito à produtividade, relacionando o uso do recurso (menos custo) e resultado alcançado (melhor resultado). Eficácia é a relação de resultados obtidos e objetivos propostos. Efetividade refere-se aos resultados identificados como impactos sociais, relacionados ao atendimento de demandas e desempenho de tarefas relevantes para o público-alvo (CURTY, 2001, p. 28 – 29).

Tendo feito esta aproximação, será apresentada em seguida a aproximação das informações coletadas em visita ao órgão gestor da Assistência Social do município de Lebon Régis-SC com a realidade daquele local.

A EXPERIÊNCIA DE LEBON RÉGIS

O município de Lebon Régis está situado no estado de Santa Catarina, na região sul do Brasil. A cidade atualmente conta com 12.133 habitantes, segundo a estimativa populacional de 2017, e ocupa uma área de 940,7 Km². A densidade demográfica é de 12,57 hab/Km² e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM é de 0,649 abaixo da média nacional, que é de 0,754, e da primeira cidade no ranking do estado, Florianópolis, com IDHM de 0,847. Segundo dados do IBGE (2003), a incidência de pobreza de Lebon Régis é de 38,70 da população local, sendo o 11º município dos 293 do estado de Santa Catarina. Localizada na região norte do estado, faz divisa com as cidades Caçador, Curitibanos, Timbó Grande, entre outras. As cidades desta região compõem o Vale do Contestado, onde há mais de cem anos ocorreu a Guerra do Contestado.

O contexto da guerra tem como cenário a disputa pela terra que até então era habitada pela população “cabocla”, como são chamados atualmente. Deste modo, o estado nacional travou uma guerra contra aquela população tendo em vista a conquista das terras daquele território. Embora se observem poucas informações na história “oficial” que é contada nos livros de história, ainda hoje cabe aprofundamento de diversos aspectos para compreender e com isso divulgar a história daquele povo. O território correspondente à região do contestado, que abrange

Lebon Régis, que foi cenário de conflitos pela terra e combates sangrentos entre os caboclos e as forças militares.

Em Lebon Régis-SC, pode-se encontrar espaços sagrados que são memória do período da guerra, estes espaços são alvo de luta pelo tombamento e valorização ainda nos dias atuais. Pode-se citar enquanto pontos históricos o Crematório de Perdizinhas, a Serra da Boa Esperança, Cemitério Caboclo e o Pouso do Monge. Contudo, o conjunto com as cidades vizinhas trazem riqueza imensa para conhecimento e valorização da história local, contando com muitos pontos turísticos abertos a visitação dos curiosos. Neste sentido, explica-se que tem sido feita uma aproximação com turismo de guerra, para, assim, espriar a riqueza cultural da região.

Através da lei estadual nº. 380 de 19 de Dezembro de 1958, foi desmembrado do município de Curitiba os distritos de Lebon Regis e São Sebastião do Sul para formar o novo município de Lebon Régis. O nome da cidade homenageia um coronel e militar Gustavo Lebon Régis (1874-1930), o qual representou o estado de Santa Catarina na comissão demarcadora dos limites de terras com o estado do Paraná após o fim da Guerra do Contestado. Durante o governo do Coronel Vidal Ramos, Gustavo Lebon Régis assumiu a Secretaria Geral do Estado de Santa Catarina e foi Capitão do Exército, cargo que exercia em meados de 1912, na época da Guerra do Contestado. Infelizmente, lembrança cruel para os caboclos que ainda residem naquele local, pois marca a lembrança do massacre aos seus antepassados.

Quanto ao território, este não é só onde é realizado o trabalho profissional ou implantados os serviços, mas é o espaço onde os indivíduos usuários das diversas políticas públicas vivem. O território é o espaço de vida das pessoas, onde expressam sua cultura, suas potencialidades, mas também suas fragilidades. Neste sentido, explica-se que, ao considerar o território, este pode ser fonte de proteção e/ou de desproteção. É o lugar onde se expressam contradições e resistências, permeado por dimensão política reconhecendo a heterogeneidade das formas de vida, suas referências e seus hábitos (COUTO, 2009, p. 215) (SPOSATI, 2009, p. 44).

No dia 30 de junho de 2018, um grupo de alunos da Universidade Estadual de Londrina, durante visita exploratória naquela região, conheceu o órgão gestor da assistência social e neste mesmo dia foi realizada entrevista com a Secretária Municipal da Assistência Social. Foi informado que o prédio que comporta esta secretaria corresponde ao prédio do hospital municipal desativado. A gestora é formada em pedagogia e assumiu essa pasta há cerca de um ano e meio.

Atualmente, a Secretaria Municipal de Assistência Social de Lebon Régis é composta por dez trabalhadores. A estrutura da Proteção Social conta com uma unidade de CRAS, cuja equipe é composta por um assistente social e um psicólogo e mais uma equipe volante devido à grande

Lebon Régis: uma aproximação com a Política de Assistência Social e a gestão de políticas sociais extensão rural do município. A equipe volante realiza o atendimento *in loco*, ou seja, no local onde reside a população rural. Além do CRAS, conta com um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Outro serviço existente, mas executado pela rede não governamental, é a Casa Lar com a equipe de um assistente social e um psicólogo.

Tratando-se de um município de pequeno porte, a arrecadação municipal, conforme consta no Portal da Transparência Municipal no site da prefeitura, é de cerca de 16 milhões de reais. Foi definida, nesta gestão, o repasse percentual de 5% para planejamento e execução desta política pública. Esclarece-se, assim, que o trabalho realizado é cofinanciado pelo Governo Federal através de recursos vinculados aos serviços executados.

O CRAS tem estrutura própria para atender a população; porém, cabe avaliar se o espaço oferece o sigilo adequado para atendimento às famílias. Ainda segundo informação coletada, contam com 750 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. Além disso, o município oferta benefícios eventuais como a cesta básica, o auxílio natalidade e o auxílio funeral. Inicialmente, as famílias são atendidas no órgão gestor e posteriormente encaminhadas para acompanhamento da equipe técnica do CRAS. A secretária reforça que muitas famílias procuram atendimento para suprir necessidades básicas, como a alimentação, devido ao alto índice de pobreza daquela população.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos atende atualmente 90 crianças e adolescentes e está localizada no bairro Doce, onde se encontra grande parte da população urbana em situação de pobreza. Este equipamento funciona, segundo informações passadas pela secretária de Assistência Social, dois dias por semana e atende crianças de 6 a 15 anos. A equipe de atendimento é composta pela coordenação (professora de artesanato), dois orientadores sociais e três estagiários que trabalham o tema artes e educação física. O público atendido são famílias que vivenciam situação de pobreza. Já a Proteção Social Especial de Média Complexidade é executada pelo órgão gestor, que realiza também o atendimento inicial das famílias, que depois são encaminhadas para atendimento da equipe do CRAS.

Com relação ao trabalho, verifica-se que grande parte da população trabalha com agricultura, ou seja, são trabalhadores do campo. Por este fator, a secretária mencionou que, como o município não tem mão de obra especializada, não atrai investimento externo. Além disso, outra característica desta região são as culturas rotativas que atraem trabalhadores sazonais, estes que trabalham na época de safra e o restante do ano ficam sem ocupação. Assim, a secretária da assistência indicou que alguns desses trabalhadores desempregados permanecem no município sem ter moradia, sem emprego e rendimento fixo. Ou seja, tornam-se público da Assistência Social que, como foi salientado, apresenta grande demanda de atendimento. Desse

modo, esclarece-se que esta política social não atende apenas famílias naturais do município, visto que Lebon Régis acaba absorvendo indivíduos sem acesso ao trabalho das cidades vizinhas devido a este trânsito de pessoas em busca de emprego. Porém, a gestão indica que não tem dados sistematizados sobre esta população migrante. Segundo dados do IBGE (2016), somente 11,2% da população estão empregados e a média salarial dos trabalhadores registrados não atinge dois salários mínimos.

Como fatores positivos, indica-se a existência de Conselho Municipal de Assistência Social e as ações intersetoriais que são realizadas em rede envolvendo atores de outras políticas setoriais, como a saúde e a educação e demais segmentos, como o Conselho Tutelar e o Fórum. Na entrevista realizada, foi ressaltada a importância desta parceria entre os diferentes atores no município para atender as demandas das famílias residentes naquele município e oferecer proteção social.

Com relação à intersetorialidade, pontua-se que, para algumas ações de gestão, deve-se considerar esta premissa, envolvendo outros atores políticos e sociais, articulando ações com as políticas de saúde, trabalho, educação, habitação, entre outras. Neste sentido, explica-se que a intersetorialidade é uma estratégia importante, ainda mais como princípio organizativo da assistência social. A intersetorialidade possibilita à articulação entre as políticas sociais, pois intervindo individualmente não se alcançará a integralidade de demandas dos sujeitos usuários das diversas políticas setoriais e, a partir disso, não se deve responsabilizar um seguimento pela resolução das situações que estão apresentadas. Assim, cabe considerar que as políticas são processuais e transversais em relação complementar uma com a outra (SPOSATI, 2009, p. 45-46).

Outra estratégia que cabe aproximação é o trabalho em rede. O trabalho em rede não diz respeito à junção das entidades existentes nos territórios, mas, segundo aponta Couto (2009, p. 215-216), é a “pulsão conjunta das respostas articuladas para enfrentamento das desigualdades sociais identificadas” e “conjugação de um sistema disponível para o enfrentamento das refrações da questão social”. A importância do trabalho em rede está na articulação conjunta para dar respostas e encaminhar as demandas de determinado local, exigindo trabalho sincronizado e direção estatal.

Contudo, torna-se um desafio para os municípios reforçar a Política de Assistência Social como um direito e não ser entendida como um favor, sendo este um direito garantido na Constituição Federal, mas que ainda tem um amplo caminho a seguir para superar práticas e leituras assistencialistas. Destaca-se, além, as relações de poder que estão postas, seja com aqueles

Lebon Régis: uma aproximação com a Política de Assistência Social e a gestão de políticas sociais que possuem os meios de produção e a capacidade de intervir em decisões tomadas pelos representantes eleitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em guisa de conclusão, salienta-se novamente a considerável herança secular na luta pela terra do povo da região do Vale do Contestado. Espera-se, com este artigo, apresentar a riqueza daquele local e a importância dos indivíduos terem conhecimento sobre a história da guerra e a importância de valorizar a população que tanto sofreu com a dizimação dessa república centralizadora e opressora.

Enfim, conclui-se que muitos são os desafios para toda a população, para todas as políticas públicas e os gestores de Lebon Régis-SC. Na política de assistência social, a profissionalização das práticas relacionadas à política é de extrema importância para ressaltá-la enquanto direito do cidadão e dever do Estado.

Cabe também aprofundamento com relação às necessidades sociais da população e levantamento de demandas conforme a realidade local. Ressalta-se a importância dos serviços que são tipificação da política de assistência social serem executados em âmbito estatal, o que vem acontecendo no município que foi alvo da aproximação deste artigo. Outro avanço identificado foi a destinação de porcentagem da arrecadação municipal para assistência social, tendo em vista o histórico de empobrecimento e as condições de vida da população que ali reside. Tal ação vem valorizar e fomentar a execução desta política social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de estudos do Curso em Conceitos e Instrumentos para o Monitoramento de Programas**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Lei 8.662. **Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências**. Brasília, 7 de junho de 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Avaliação de projetos sociais**. In: Gestão de projetos sociais. 3ª ed., São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001. p. 59 – 89.

COUTO, Berenice Rojas. **O sistema único de assistência social:** uma nova forma de gestão da assistência social. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. P 205-218

CURTY, Ana Luisa. **Administração em organizações de Produto Social:** Articulações possíveis. In: Gestão de projetos sociais. 3ª ed., São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001. p. 19 – 35.

CURY, Thereza Christina Holl. **Elaboração de projetos sociais.** In: Gestão de projetos sociais. 3ª ed., São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001. p. 37 – 57.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. **Gestão estratégica de programas sociais.** In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. P.133-156

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades.** Lebon Régis – SC. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/lebon-regis/panorama>>. Acesso em 09/08/2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades.** Lebon Régis – SC. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/lebon-regis/pesquisa/36/30246?tipo=ranking>>. Acesso em 09/08/2018.

JACCOUD, Luciana. **Proteção social no Brasil:** debates e desafios. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. P. 57-86

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Avaliação de programas sociais no Brasil:** repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas. Revista Planejamento e Políticas Públicas, nº 36, 2011.p 251-275

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS. **Portal da Transparência.** Disponível em: <http://cloud.publica.inf.br/clientes/lebonregis_pm/portaltransparencia/>. Acesso em 09/08/2018.

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS. **História do Município,** 2017. Disponível em: <<http://www.lebonregis.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/107313>>. Acesso em 09/08/2018.

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo brasileiro de Proteção social não contributiva:** concepções fundantes. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. p.13-56

STEPHANOU, Luis. **Projetos Sociais:** Conceitos e ideias gerais. Disponível em: <
<
[http://pwweb2.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/comad/usu_doc/conceitosprojetos_sociais_-_conceitos_centrais\[4\].ppt](http://pwweb2.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/comad/usu_doc/conceitosprojetos_sociais_-_conceitos_centrais[4].ppt)>. Acesso em: 28 de Outubro de 2016.

WIKIPÉDIA. **Gustavo Lebon Régis,** 2017. Disponível em: <
<
https://pt.wikipedia.org/wiki/Gustavo_Lebon_R%C3%A9gis>. Acesso em 09/08/2018

Lebon Régis: uma aproximação com a Política de Assistência Social e a gestão de políticas sociais

YAZBEK, Maria Carmelita. **O desafio da defesa das Políticas Públicas para o Serviço Social.** Argumentum: Vitória. v.